

O plano do BC para conversão da dívida exige contrapartida

Estimulo ESTADO DE SÃO PAULO

O diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, deverá apresentar à diretoria do organismo um novo projeto para a conversão de parte da dívida externa em investimentos. De acordo com o documento a que teve acesso **O Estado**, os credores poderão transformar dívida em investimento, desde que se comprometam a colocar dinheiro novo na proporção de um dólar para cada dólar convertido. Três modalidades não exigiriam essa contrapartida: a aplicação de recursos em projetos ligados à exportação; a conversão efetuada em nome de quem garante o crédito no Exterior; e a conversão precedida da cessação de crédito, quando o adquirente for uma instituição financeira.

Para os credores que recorressem às bolsas de valores também não haveria exigência de dinheiro novo. Essa ressalva não valeria, contudo, para as sociedades de investimento. O BC acredita que a conversão seguida de cancelamento automático do registro de dívida estimularia a volta de recursos de pessoas físicas e jurídicas hoje depositados no Exterior. Mas o governo impõe uma restrição importante a qualquer uma das modalidades previstas: os recursos deverão permanecer no País por um prazo mínimo de 12 anos, contados a partir do dia da capitalização.

Essa regra só não seria aplicada aos brasileiros que repatriassem capital atualmente aplicado fora do País.

O BC pretende evitar que esses novos mecanismos facilitem a fuga de capitais sob o disfarce de remessas de lucros. Assim, o projeto da diretoria da Área Externa prevê que os recursos que seriam remetidos após a conversão de dívida em investimento sejam depositados no próprio BC, para liberação somente após cumprido o prazo mí-

nimo de permanência. Além disso, o investidor deveria promover a entrada de dinheiro novo em igual montante ao que foi transferido a título de retorno ou ganho de capital.

Essa estratégia visa em primeiro lugar a reduzir o endividamento do setor público não produtivo. Numa etapa inicial, será diminuída a dívida que gera maior custo para o País (Projetos 1 e 2). A liberação de recursos depositados no BC para fins de conversão obedeceria a tetos mensais, com um esquema de fila de espera, prevalecendo, além da cronologia de entrada no BC, uma ordem de prioridades.

Segundo uma fonte ligada à presidência do BC, ainda não existe qualquer decisão a respeito desse projeto. Há diversas propostas mais ou menos semelhantes, mas a presidência do BC está preocupada principalmente com o impacto que a conversão da dívida em investimento pode provocar sobre a expansão da base monetária, com o risco de agravar a aceleração inflacionária. De qualquer modo, o projeto deverá ser apreciado, pois constitui um voto do diretor da Área Externa, prevendo que a conversão pode propiciar de US\$ 4 bilhões a 6 bilhões em cinco anos, além do ingresso de novos recursos num montante de US\$ 4 bilhões no mesmo período.



Freitas: estímulo